



“É um absurdo dizer que fazer justiça social provoca migração”, disse o governador, que promete continuar assentamentos.

PALESTRA/Joaquim Roriz

O governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, está convencido de que a redução do processo migratório passa pela retomada do

desenvolvimento econômico do País. Para reforçar essa certeza, Roriz citou, em seu discurso de abertura do Primeiro Fórum Nacional sobre Migração, uma pesquisa coordenada por técnicos da Universidade de Brasília.

Os dados da pesquisa são reveladores: 95 por cento dos migrantes que chegam ao Distrito Federal pertencem às classes “D” e “E”. Melhoria de emprego é o principal atrativo para 63,5 por cento dos migrantes; os serviços de saúde são prioritários para 23,1 por cento dos migrantes; 5,5 por cento dos migrantes vêm ao DF em busca de habitação; 4,7 por cento chegam para estudar e 3,2 por cento migram para Brasília por outros motivos. A seguir, o discurso do governador Joaquim Roriz na íntegra:

Não se pode abdicar do progresso

Ninguém é invasor em seu próprio país. A Constituição Brasileira estabelece a liberdade de ir e vir. Uma cidade não pode abdicar de progredir, de melhorar a qualidade de vida de sua população, apenas para não aumentar seus atrativos à migração. Também não se pode construir muros em volta das cidades, para impedir que as pessoas cheguem livremente a elas. E é um absurdo dizer que fazer justiça social provoca migração.

Estas colocações precisam ficar bem claras. São constatações a partir da migração, que é grave, é séria, é muitas vezes dramática, mas que não é, absolutamente, localizada. É uma questão nacional, que deve ser discutida nacionalmente. E é muito conveniente que esta discussão se dê no momento em que todos os 27 governadores, com mandatos recentes, eleitos diretamente, sentam à mesa para lançar as bases do entendimento nacional em torno de questões graves como a violência, as dívidas dos estados, a reforma constitucional e a questão da migração.

Brasília, cidade que nasceu do sonho de JK de interiorizar o desenvolvimento do país, por sua posição geográfica e por abrigar os poderes da República, é um atrativo muito forte para as correntes migratórias. Até porque Brasília começou sua história com um chamamento ao esforço de todos os brasileiros para sua construção — brasileiros de todas as regiões do país, dos mais humildes aos mais preparados, que decidiram sonhar junto com JK, Bernardo Sayão, Israel Pinheiro, Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e tantos outros. Brasília, hoje, é a cidade-síntese do Brasil. É uma colagem do Brasil.

Brasília tem, também, uma qualidade de vida acima da média brasileira, que nós, brasileiros, fazemos questão de manter e melhorar ainda mais. Minha responsabilidade, como primeiro governador eleito da história de Brasília, é caminhar nessa direção. Estamos fazendo justiça social, transferindo os moradores de Brasília que moravam escondidos em favelas e debaixo das pontes e viadutos para lotes em assentamentos semi-urbanizados, que agora estão recebendo asfalto, água encanada, esgoto condominial, escolas, postos de saúde e até hospitais. O lote, para quem estava escondido na promiscuidade das favelas, é a cidadania.

Também estamos investindo na educação, e já no primeiro semestre pudemos resgatar o compromisso de não permitir que nenhuma criança em idade escolar ficasse sem matrícula. Estamos construindo novas escolas, reformando outras e, em outubro, vamos inaugurar o primeiro Ciac do Brasil, no Paranoá. Estamos investindo maciçamente em saúde: Iniciamos a construção do Hospital do Paranoá, vamos construir um hospital em Samambaia, acabamos com a crônica falta de medicamentos e material de uso diário nos hospitais e postos de saúde, e em apenas oito meses transformamos o Hospital de Base, que passou a ser modelo de controle de infecção na rede pública do país.

Estamos investindo também na preservação da natureza, e ampliando ainda mais as áreas sob proteção. Hoje, o Distrito Federal tem 42 por cento de sua área preservada, o maior índice de área verde por habitante do país, e um dos maiores do mundo. Estamos levando energia elétrica a toda a área rural, através do projeto Alumiar, e vamos colocar em funcionamento ainda este ano as duas estações de tratamento do Lago do Paranoá, para recuperá-lo totalmente até o próximo ano, com um rigoroso controle da poluição.

Não podemos, como disse no início de meu discurso, abdicar de melhorar ainda mais a qualidade de vida do Distrito Federal, para não atrair migração. A migração é um problema sério, que me preocupa desde o primeiro dia de meu governo, quando anunciei a criação da Secretaria Especial de Articulação com o Entorno, engajando num programa comum os governos de Goiás e Minas Gerais, para criar um cinturão protetor em volta do Distrito Federal, que nos defenda das correntes migratórias. Não podemos ser uma ilha de tranquilidade cercada por miséria. A qualidade de vida que temos aqui tem que ser cada dia mais próxima da qualidade de vida que terão nossos vizinhos do Entorno, com nosso apoio.

Estou consciente de que, fazendo justiça social, dando o lote e a cidadania a

CARLOS MOURA



quem estava escondido nas favelas e debaixo das pontes e viadutos, e estabelecendo critérios rígidos para o acesso ao programa de assentamentos, de forma a não premiar senão aqueles que moram em Brasília há mais de 5 anos — que são, portanto, brasilienses — estamos atacando as consequências do processo migratório, das desigualdades sociais.

Mas penso também nas causas — e as causas não estão aqui, no Distrito Federal. É exatamente para a discussão das causas dos fluxos migratórios que convoque, hoje, a Nação ao debate. E, humildemente, coloco o programa de assentamentos, a garantia de infra-estrutura nas áreas carentes, os investimentos prioritários em saúde e educação, como caminhos na direção de uma solução.

Evidentemente, tenho consciência de que a retomada do desenvolvimento é a chave da redução do processo migratório. Recebi agora mesmo, há poucos minutos, uma pesquisa encomendada por meu Governo à MSC — Estudos de Mercado e Opinião Pública, sob a coordenação do professor Luiz Tarlei de Aragão, da Universidade de Brasília, junto a um universo de migrantes que estão em Brasília neste momento. Foram realizadas 303 entrevistas, sendo 187 homens e 116 mulheres, em onze áreas onde existe uma maior concentração de migrantes.

Primeira constatação da pesquisa: o

número de migrantes está em queda, o que está de acordo com pesquisa domiciliar realizada pela Codeplan no ano passado. Outra constatação: 95 por cento dos migrantes são das classes “D” e “E”, com baixa escolaridade e nível de renda. Dos entrevistados, 63,5 por cento vieram para Brasília em busca de trabalho, 23,1 por cento em busca de saúde, 5,5 por cento de habitação, 4,7 por cento de educação, e 3,2 por cento por outros motivos (documentação, questões jurídicas etc.). O que confirma pesquisa anterior, feita pela UnB, no final do ano passado, notando-se, em relação a esta, apenas uma elevação dos índices em relação à busca de trabalho e saúde, e uma redução dos índices que dizem respeito a habitação.

Outros dados importantes da pesquisa: 83,2 por cento moravam em casas, sendo 54,5 por cento de alvenaria e 28,7 por cento de barro. Quase 50 por cento tinham casa própria e 42,2 por cento moravam em casa alugada. Ou seja: não é a moradia que atrai o migrante a Brasília, mas a busca de emprego e de tratamento médico. O programa de assentamentos, portanto, ao contrário do que dizem os argumentos falaciosos de alguns, não atrai migrantes a Brasília.

Outro dado importante, que também desmente argumentos de opositores: 83,8 por cento dos entrevistados não tinham parentes ou amigos em Brasília, e

metade daqueles que tinham (16,2 por cento dos casos) afirmaram que seriam acolhidos nas casas de seus parentes e amigos. Destes, 8 por cento acolhidos, apenas 20 por cento foram para Samambaia (1,6 por cento do total). O que quer dizer que também é insignificante a quantidade dos migrantes que são atraídos por parentes ou amigos que receberam lotes no programa de assentamentos.

Mais um dado significativo, que mostra o quadro de recessão do país e a necessidade de retomada do desenvolvimento: 66 por cento dos migrantes se dirigem a empresas ou ao Sine, em busca de emprego, 35 por cento sobrevivem de “bicos”, 17 por cento de ajuda do governo e 15 por cento de esmola.

A origem dos migrantes é outro dado importante: 24,7 por cento vêm da Paraíba — o que caracteriza uma explosão migratória recente, já que na pesquisa anterior a Paraíba contribuía com uma quantidade desprezível de migrantes; 13,9 por cento do Rio de Janeiro, 8,7 por cento da Bahia, 5,8 por cento de Goiás,

A contenção dos contingentes migratórios passa, segundo Roriz, pela retomada do crescimento, que tende a se desencadear a partir do Centro-Oeste

5,5 por cento do Piauí, 4,9 por cento de Pernambuco, 4,5 por cento de Tocantins, 4,3 por cento de São Paulo, 4,2 por cento do Ceará e 3,9 por cento de Minas Gerais. Em relação à pesquisa anterior, caíram muito os índices de Minas Gerais e Bahia.

A realidade que constatamos, portanto, nos anima a prosseguir com o programa de assentamentos, e a buscar a ampliação da discussão sobre a questão migratória, para que, agora, juntos, possamos atacar as causas da migração. Estou absolutamente convencido de que os governadores, mesmo dos Estados mais carentes de recursos, não querem que sua gente migre em busca de melhores dias. Aqui, neste fórum, haverá oportunidade para a discussão das causas e das soluções.

Estou certo de que a retomada de desenvolvimento passa pelo investimento no Centro-Oeste, região que pode se transformar mais rapidamente, e com menos recursos. Aqui, no Centro-Oeste, está a possibilidade mais concreta e imediata de se fincar a base física da retomada do desenvolvimento que todos almejamos — e isso ficou ainda mais claro durante a reunião, em Aguas Claras, dos 27 governadores.

Mas estamos aqui para debater. Meu governo, que propôs o debate, está totalmente aberto ao diálogo. Queremos ouvir. E aprender.